

# CUSTO DA PANDEMIA

## Paraná prevê prejuízo de quase R\$ 1 bilhão em abril com coronavírus

Roger Pereira  
Gazeta do Povo

Os primeiros 15 dias de comércio fechado no Paraná como medida de prevenção às contaminações pelo coronavírus causaram um impacto de R\$ 220 milhões na arrecadação do governo do estado. Segundo o secretário estadual da Fazenda, René Garcia Junior, foi isso que o Estado deixou de arrecadar com o Imposto sobre Circula-

ção de Mercadorias e Serviços (ICMS) no período, por causa da redução das atividades econômicas no estado. Para o mês de abril, se mantido o estado de isolamento social até o final do mês, o secretário prevê um prejuízo entre R\$ 600 milhões e R\$ 900 milhões.

A Receita média mensal de ICMS prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) é de R\$

2,7 bilhões. Os R\$ 200 milhões representam 7,4% deste valor e os R\$ 600 milhões representam 22,2%. Se chegarmos ao pior cenário previsto pelo secretário, a queda na arrecadação com o principal tributo estadual será de 33%, um terço da previsão orçamentária. Nos três primeiros meses do ano, a arrecadação total do estado (somando ao ICMS os recursos

oriundos de outros impostos, taxas e repasses do governo federal) totalizou R\$ 10,8 bilhões, uma média de R\$ 3,6 bilhões por mês, o que indica que os eventuais R\$ 900 milhões de impacto em abril derubariam em 25% os recursos do estado para o pagamento de servidores, custeio, prestação de serviços e investimentos, entre outras despesas.

“O grande problema é a deterioração rápida da arrecadação. Você tem atividades, como o combustível, desmoronando. O volume de combustível colocado nos postos caiu 70% e a arrecadação com combustível é de 20 a 22% do nosso total”, conta o secretário. “Sem falar que tem setores que pararam totalmente de emitir nota fiscal, não estão vendendo. O que mantém, ainda, a arrecadação é o setor de alimentos e atividades de serviço, mas que têm menor impacto nas nossas finanças”, acrescenta. “O problema é que, para o Paraná, a transferência da união é muito pequena no orçamento, entre 9% e 12%. Nosso básico, 80% de nossa receita, é arrecadação própria. Na hora que tem um impacto, vai direto e impacta também para os municípios, pois diminui o repasse”, conclui.

Garcia Junior não vê alternativas fiscais para o estado, como o uso dos recursos dos fundos estaduais, ou dos depósitos judiciais, que não o suporte do governo federal. “Todos os fundos que foram criados são de orçamento carimbados. Não tem possibilidade de fazer movimentação. Por causa da emergência até seria possível aprovar uma lei específica para nos dar acesso a esses fundos, mas não tem grande valor fazer isso. Nos fundos do Estado não tem um volume suficiente de recursos que justifique essa manobra. Os recursos maiores estão em outros poderes, como no Judiciário. Nem no da Assembleia tem muito recurso, também”, comenta. “Depósitos judiciais, a mesma coisa, não há amparo jurídico para isso”, prossegue.

Outra alternativa que já começou a ser discutida no Congresso Nacional e, até, mesmo, em alguns estados, é uma medida para o funcionalismo público semelhante à Medida Provisória apresentada para a iniciativa privada, que permite a redução de jornadas e salários como forma de enfrentamento da crise. Outra medida descartada pelo secretário. “Primeiro que teria que se alterar a Constituição Federal para isso e segundo que, mais uma vez, o impacto seria pequeno. A grande maioria dos serviços prestados pelo Estado é essencial: saúde, educação segurança. Essas três categorias representam 90% da nossa folha e não vamos baixar a jornada de médicos, enfermeiros, policiais ou professores. Então, não faz sentido um enorme desgaste para pode mexer na jornada e salários de 10% do nosso pessoal”, argumenta.

## ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

### CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.

C.N.P.J. nº 92.779.503/0001-25

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração da Castilho Engenharia e Empreendimentos S.A. apresenta as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Curitiba, 19 de março de 2020

A Diretoria

#### BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores Expressos em Reais)

Ativo/Circulante	2019	2018	Passivo/Circulante	2019	2018
Caixa e Bancos	14.587.689	28.993.615	Fornecedores	6.244.668	12.230.092
Aplicações de Liquidez Imediata	25.306.981	29.227.639	Empréstimos Bancários	6.496.314	383.970
Cientes Faturados	17.171.616	10.952.561	Financiamentos Bancários - FINAME	446.711	2.471.617
Cientes a Faturar	20.714.971	32.529.569	Obrigações Trabalhistas	3.458.044	6.153.271
Resultados de Consórcios a Receber	481.902	481.902	Obrigações Tributárias	558.511	715.982
Devedores por Ajuste de Faturamento	14.014.174	14.014.174	Obrigações Tributárias - Refis Lei 11.941/09	2.468.198	2.332.393
Valores a Receber de Terceiros	2.292.360	2.292.360	Dividendos a Pagar	4.397.435	1.195.140
Dividendos a Receber	1.992.277	3.627.070	Adiantamentos de Terceiros	9.205.988	15.327.590
Impostos a Compensar	3.731.753	841.439	<b>Total do Circulante</b>	<b>33.275.869</b>	<b>40.810.055</b>
Adiantamentos a Terceiros	18.117.555	6.633.115	<b>Não Circulante</b>		
<b>Total do Circulante</b>	<b>118.411.278</b>	<b>129.593.444</b>	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
<b>Não Circulante</b>			Imposto de Renda e Contrib. Social Diferidos	2.064.232	2.211.444
Realizável a Longo Prazo			Obrigações Tributárias - Refis Lei 11.941/09	17.332.414	20.769.122
Depósitos Judiciais	8.701.272	6.070.926	Financiamentos Bancários - FINAME	760.385	1.207.095
Realizável a Longo Prazo	8.701.272	6.070.926	Contratos de Bancos - Ex-Futuros	64.759.730	55.243.725
Permanente			<b>Total do Exigível a Longo Prazo</b>	<b>84.916.761</b>	<b>79.431.386</b>
Investimentos	8.088.762	5.494.795	<b>Total do Passivo não Circulante</b>	<b>84.916.761</b>	<b>79.431.386</b>
Imobilizado	124.887.689	120.534.822	<b>Patrimônio Líquido</b>		
(-) Depreciações	(57.186.454)	(57.187.022)	Capital Social	40.000.000	40.000.000
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>84.491.269</b>	<b>74.913.521</b>	Capital Social a Integralizar	(11.253.890)	(12.091.008)
<b>Total Geral do Ativo</b>	<b>202.902.547</b>	<b>204.506.965</b>	Correção Monetária do Capital	-	3.177
			Reservas de Capital	-	18
			Reservas de Reavaliação	55.456.883	55.519.414
			Reservas de Lucros	506.924	833.923
			Resultados do Exercício	-	-
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>84.709.917</b>	<b>84.265.524</b>
			<b>Total Geral do Passivo</b>	<b>202.902.547</b>	<b>204.506.965</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores Expressos em Reais)

	2019	2018
Receita Bruta de Atividades Operacionais	273.561.299	392.693.818
Impostos Incidentes sobre a Receita	(15.559.578)	(17.687.557)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>258.001.721</b>	<b>375.006.261</b>
Custos das Atividades Operacionais	(236.143.419)	(333.049.662)
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>21.858.302</b>	<b>41.956.599</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Receitas Financeiras	5.271.919	1.260.462
Outras Receitas	571.183	500.473
Despesas Administrativas	(12.958.904)	(10.226.359)
Despesas Financeiras	(1.920.491)	(9.231.713)
Depreciações e Amortizações	(305.589)	(674.242)
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	1.791.207	978.940
<b>Lucro Operacional Líquido</b>	<b>14.307.627</b>	<b>24.564.160</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.169.144)	(7.885.706)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>10.138.483</b>	<b>16.678.454</b>
<b>Lucro Líquido por Ação ao Final do Exercício</b>	<b>0,00580</b>	<b>0,00984</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores Expressos em Reais)

	2019	2018
Lucro do Período	10.138.483	16.678.454
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>10.138.483</b>	<b>16.678.454</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM:

(Valores Expressos em Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
<b>1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
- Resultado do Período	14.307.627	24.564.160
- Depreciações	(568)	3.315.407
<b>Resultado do Período Ajustado</b>	<b>14.307.059</b>	<b>27.879.567</b>
- Variação nas Contas a Receber	(6.219.055)	(5.541.677)
- Variação Serviços a Faturar	11.814.597	(12.730.770)
- Variação nos Devedores Ajuste de Faturamento	-	-
- Variação em Dividendos a Receber	1.634.793	(1.059.640)
- Variação Impostos a Recuperar	(2.890.315)	88.302
- Variação nos Adiantamentos a Terceiros	(11.484.439)	760.262
- Variação nas Contas do Real. a L. Prazo	(2.630.345)	(4.401.766)
- Variação no Passivo Circulante	(5.500.028)	(3.431.256)
- Variação no Passivo não Circulante	5.485.376	(7.254.591)
- Imposto de Renda e CSLL do Exercício	(4.169.144)	(7.885.706)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>348.499</b>	<b>(13.577.275)</b>

#### 2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

(Valores Expressos em Reais)

- Variação nos Investimentos	(2.593.967)	(1.174.523)
- Variação no Imobilizado	(4.352.863)	(2.813.052)
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(6.946.830)</b>	<b>(3.987.574)</b>

#### 3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

(Valores Expressos em Reais)

- Pagamentos/Recebimentos por Empréstimo	(6.121.602)	10.358.396
- Redução/Aumento de Empréstimos Bancário	6.112.346	(273.499)
- Redução/Aumento de Financiamentos	(2.024.906)	(1.394.917)
- Redução/Aumento de Empréstimos de Acionistas	-	-
- Distribuição de Resultados	(9.694.090)	(15.919.485)
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(11.728.252)</b>	<b>(7.229.506)</b>

#### Redução/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa

(Valores Expressos em Reais)

<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>58.221.253</b>	<b>83.015.608</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>39.894.670</b>	<b>58.221.253</b>

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/18 E 31/12/19 (Valores Expressos em Reais)

Eventos Contas	Capital Social		Reservas		Resultados		Totais
	Realizado	Corr. Monetária	De Capital	De Lucros	De Reavaliação	Acumulados	
Saldo em 31/12/17	25.657.373	3.177	18	2.251.619	55.594.368	-	83.506.555
Aumento de Capital	2.251.619	-	-	(2.251.619)	-	-	-
Distribuição de Resultados	-	-	-	-	(15.919.485)	(15.919.485)	(15.919.485)
Realização de Reservas	-	-	-	-	(74.954)	74.954	-
Reserva Legal	-	-	-	833.923	-	(833.923)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	16.678.454	16.678.454
Saldo em 31/12/18	27.908.992	3.177	18	833.923	55.519.414	-	84.265.524
Aumento de Capital	837.118	(3.177)	(18)	(833.923)	-	-	-
Capital a Integralizar	-	-	-	-	-	(9.694.090)	(9.694.090)
Distribuição de Resultados	-	-	-	-	(62.531)	62.531	-
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	(506.924)	(506.924)
Reserva Legal	-	-	-	506.924	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	10.138.483	10.138.483
Saldo em 31/12/19	28.746.110	-	-	506.924	55.456.883	-	84.709.917

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**Nota 01 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** os procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações atendem às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e às mudanças trazidas pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, da Legislação Tributária em vigor e aos princípios fundamentais de Contabilidade normalmente aceitos. **Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** as principais práticas adotadas pela Companhia são as seguintes: a) Regime de Competência: o resultado é apurado pelo regime de competência do exercício, incluindo dessa forma as receitas ganhas no período e os correspondentes custos, encargos e despesas incorridas, independente de seu efetivo pagamento ou recebimento; b) Segregação entre Ativos e Passivos Exigíveis: a classificação das contas de balanço em Circulante e Não Circulante é estabelecida em função dos prazos de realização dos direitos e obrigações. Se esta realização vier a ocorrer em até 360 dias, será classificada como Ativo/Passivo Circulante; caso contrário, ficará demonstrada como Ativo/Passivo Não Circulante. c) Imobilizado: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente, acrescido de Reavaliação dos Bens realizada conforme Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de dezembro de 1993, 31 de outubro de 1997; 10 de dezembro de 1997 e 20 de dezembro de 1999. As depreciações do período foram calculadas considerando as taxas permitidas pela legislação fiscal e vida útil dos bens. Os detalhes relativos ao imobilizado constam em demonstrativo anexo ao final das Notas Explicativas. d) Unidade Monetária: a presente documentação é apresentada com os valores dos anos-base de 2018 e 2019 expressos em Reais. Foram desprezados os valores menores que centavos. e) Receita Estimada através do Custo Inerente: Em função da análise dos contratos de longo prazo optou-se pelo ajuste no cálculo da Receita Estimada. Esta diretriz está facultada na legislação tributária, notadamente na IN nº 2178 editada pela SRF. **Nota 03 - Clientes a Faturar:** correspondem aos valores contratados relativos aos serviços executados mas não faturados, em observância aos dispositivos contratuais, ajustados em 2019 com base na receita contratada, proporcionalmente aos custos previstos já incorridos. **Nota 04 - Devedores por Ajuste de Faturamento:** correspondem a valores a receber junto a órgão governamental federal e estadual, relativos a atualizações monetárias de faturas de execução de obras, não pagos nos prazos contratuais. Esse valor é objeto de precatórios cuja liquidação será definida em curto prazo. **Nota 05 - Partes Relacionadas:** Os Saldos e transações com partes relacionadas constam em demonstrativo anexo ao final das Notas Explicativas. **Nota 06 - Investimentos:** Os detalhes relativos aos investimentos constam em demonstrativo anexo ao final das Notas Explicativas. **Nota 07 - Obrigações Tributárias:** correspondem a saldos de parcelamentos de débitos previdenciários e de tributos federais, incluídos no REFIS, conforme a Lei nº 12.996/2014, que foram consolidados por parte da Receita Federal do Brasil e por débitos federais, incluídos no PERT, conforme Lei nº 13.496/2017, em consolidação por parte da Receita Federal do Brasil. **Nota 08 - Capital Social:** o Capital Social, foi aumentado para R\$ 40.000.000,00 conforme AGE

#### Anexo as Notas Explicativas 05 e 06

Demonstrações dos Investimentos Relevantes e Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Informações Sobre as Empresas

Castilho Inerência Ltda. Suloste Participações S C P SINATRAF NF Agriculture

Total 2019

4.779.299,98 - - - 4.779.299,98

2.970.000,00 - - - 2.970.000,00

1.809.299,98 - - - 1.809.299,98

99%

1.791.206,98 - - - 1.791.206,98

2.970.000,00 1.976.730,26 2.382.592,09 541.472,24 7.870.794,59

2.970.000,00 - - - 2.970.000,00

1.791.206,98 - - - 1.791.206,98

(1.791.206,98) - (141.455,69) 359.422,70 (1.573.239,97)

2.970.000,00 1.976.730,26 2.241.136,40 900.894,94 8.088.761,60

#### DIRETORIA

José Mário de Castilho

Diretor Presidente - CPF 667.504.407-97

Emanuel Mascarenhas Padilha Junior

Diretor Administrativo - CPF 624.360.589-20

Nelson Alves Reis

CRC RJ-053686/O-1 T-PR - CPF 428.420.347-91

#### CONTADOR

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo essa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas internacionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação